



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP)**

CONSULTA PRÉVIA

Alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos

**AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES DE REDE FIXA VOZ
0371.2024.CPR.DI**

CONVITE



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., pessoa coletiva n.º 506320120, com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 748, 8.º Direito, 4050-012 Porto, e instalações na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B, 12.º andar, 1700-158 Lisboa, vem pelo presente convidar V.Exas. a apresentar proposta no âmbito do procedimento pré-contratual de consulta prévia, nos termos e condições que a seguir se indicam:

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 1.1. O presente procedimento pré-contratual, adotado ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), segue a tramitação estabelecida nos artigos 112.º e seguintes do CCP, e tem a designação de «Aquisição de serviços de comunicações de rede fixa voz», a que corresponde a seguinte referência: 0371.2024.CPR.DI.
- 1.2. O presente procedimento pré-contratual tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de serviços de comunicações de rede fixa voz para o período de 24 meses – 1 fevereiro 2025 a 31 janeiro 2027 –, de acordo com o disposto no presente convite e no respetivo caderno de encargos.
- 1.3. A escolha do procedimento pré-contratual de consulta prévia baseia-se estritamente em critérios de valor.
- 1.4. Os termos, condições e especificações técnicas da aquisição constam do respetivo caderno de encargos, os quais terão de ser observados nos termos legais.
- 1.5. Qualquer referência nas peças do procedimento a um fabricante, a um processo específico de fabrico, a marcas, patentes ou modelos e/ou a uma dada origem ou produção considera-se acompanhada da menção «ou equivalente».

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (doravante AICEP), pessoa coletiva n.º 506320120, com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 748, 8.º Direito, 4050-012 Porto, e instalações na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B, 12.º andar, 1700-158 Lisboa.

3. AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DECISÃO DE CONTRATAR

- 3.1. A decisão de contratar e de escolha do procedimento, com a respetiva autorização para a realização da despesa, foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da AICEP, datada de 23 de dezembro de 2024, nos termos do disposto no artigo 16.º dos



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Estatutos da AICEP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, na sua redação atual, e ao abrigo do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP.

- 3.2. A decisão de contratar foi precedida da obtenção do parecer prévio favorável da AMA (n.º 202411213572), nos termos exigidos pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação atual.

4. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

- 4.1. O presente procedimento pré-contratual será integralmente disponibilizado e tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 4.2. Todas as comunicações e notificações no âmbito do presente procedimento pré-contratual devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.

5. JÚRI DO PROCEDIMENTO

- 5.1. O presente procedimento pré-contratual é conduzido por um júri, composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e por 2 (dois) membros suplentes, designados por deliberação do Conselho de Administração da AICEP, datada de 23 de dezembro de 2024.
- 5.2. A competência para a prática de todos os atos e realização de todas as diligências no âmbito do presente procedimento pré-contratual, com exceção dos previstos na segunda parte do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é do júri.
- 5.3. Compete ao júri, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a análise e a avaliação das propostas.
- 5.4. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades tenham direito a voto.

6. IMPEDIMENTOS

- 6.1. Pode assumir a condição de concorrente qualquer entidade que cumpra os requisitos legalmente exigidos para o efeito, nomeadamente o de não se encontrar em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
- 6.2. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 117.º do CCP, as entidades convidadas não podem integrar um agrupamento quando a consulta prévia seja adotada ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

7. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 7.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 7.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 7.3. Os esclarecimentos solicitados pelos interessados devem ser prestados, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 7.4. A AICEP pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, não sejam por aquele expressamente aceites.
- 7.5. Independentemente do disposto nos números anteriores, a AICEP pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 7.6. Nos termos do disposto no artigo 116.º do CCP, quando o prazo fixado para a apresentação da proposta for inferior a 9 (nove) dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
- 7.7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

A proposta deve ser apresentada pelo concorrente ou pelo seu representante até às **23h59 horas do 6.º (sexto) dia** a contar da data do envio do presente convite.

9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

9.1. A proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme modelo que integra o presente convite como **Anexo I**.
- b) **Declaração do concorrente, elaborada de acordo com o Anexo II ao presente convite, com a proposta de preço, sem o valor do IVA**, a qual não poderá ser superior ao preço base do presente procedimento pré-contratual e deverá contemplar todos os serviços a prestar pelo concorrente nos termos do caderno de encargos e todas as despesas e encargos necessários à plena execução do contrato a celebrar;
- c) **Mapa de preços, conforme com o Anexo III ao presente convite**, devendo ser adequadamente preenchidas as três *sheets* do ficheiro Excel com todos os campos aplicáveis:
 - i. À exceção das chamadas efetuadas com destino a números especiais (808xxxxxx), para as quais é estimado um *plafond* mensal no ficheiro Excel, deve constar detalhadamente o custo unitário (minuto e quantidade) para cada tipologia de tráfego (ex.: chamadas nacionais, chamadas internacionais, acessos, equipamentos, etc.); – Alterada por decisão da AICEP datada de 08 de janeiro de 2025.
 - ii. Os preços unitários podem ser apresentados até quatro casas decimais;
 - iii. O preço global proposto para a prestação de serviços, será calculado pela grelha reproduzida no ficheiro anexo Excel, que apresenta os tempos máximos que a AICEP prevê consumir durante a vigência do contrato a celebrar;
 - iv. O ficheiro Excel deverá ser disponibilizada em suporte eletrónico, do tipo folha de cálculo;
- d) **Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente e/ou qualquer outro documento que permita atestar a legitimidade para a apresentação de proposta** (ex.: procuração), por forma a relacionar o assinante



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

com a sua função e poder de representação para efeitos de assinatura dos documentos que instruem a proposta.

- 9.2. O concorrente poderá indicar outros aspetos ou prestar outras informações que considere relevantes para a apreciação das propostas de acordo com o critério de adjudicação definido no presente convite, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.
- 9.3. A proposta deve ser elaborada em perfeita conformidade com as cláusulas do caderno de encargos, o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento o concorrente se obriga.
- 9.4. Qualquer especificação técnica proposta como equivalente à solicitada no caderno de encargos, deve ser acompanhada de documento que ateste cabalmente o cumprimento da finalidade prevista, sob pena de exclusão.

10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 10.1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acinGov (<https://www.acingov.pt>) até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 10.2. Todos os documentos devem ser assinados individualmente com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios do concorrente ou dos seus representantes, com poderes para o obrigar.
- 10.3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente juntar à sua proposta o(s) documento(s) que, nos termos legais, ateste(m) os poderes de representação necessários para o efeito.
- 10.4. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
- 10.5. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidade terceira, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

11. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

11.1. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada/certificada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

11.2. Sem prejuízo do número anterior, admite-se a utilização de termos ou expressões de natureza técnica em língua inglesa quando convenientes ou necessários.

12. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias úteis** contados a partir do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

13. PREÇO BASE

13.1. O preço base do presente procedimento é fixado em um máximo de 24.471,05€ (vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e um euros e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o montante que a AICEP se dispõe a pagar pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar.

13.2. O preço base foi determinado em função de consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

13.3. Relativamente à proposta de preço, devem ser observadas as seguintes regras:

- a) Os preços propostos não devem incluir o IVA;
- b) Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
- c) Em caso de divergência entre o valor indicado no preenchimento do formulário da plataforma eletrónica acinGov e o valor indicado no documento da proposta de preço, este prevalecerá sobre o primeiro;
- d) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

14. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, contendo atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas aos termos expressamente previstos no caderno de encargos.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

15. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÔNICO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação ou de leilão eletrônico.

16. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço.

17. CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 17.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate é efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
- 17.2. As regras de realização do sorteio encontram-se definidas no **Anexo IV** ao presente convite.

18. RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E ADJUDICAÇÃO

- 18.1. Após a análise e avaliação das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas.
- 18.2. No relatório referido no número anterior, o júri propõe ainda, de forma fundamentada, a exclusão de qualquer proposta.
- 18.3. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes, para que, num prazo de 3 (três) dias úteis, se pronunciem sobre o mesmo.
- 18.4. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 18.5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número 18.3 do presente convite, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 18.6. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de consulta prévia, é enviado ao Conselho de Administração da AICEP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

18.7. Cabe ao Conselho de Administração da AICEP decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

18.8. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes, sendo-lhes remetida uma cópia do relatório final.

19. ADJUDICAÇÃO NO CASO DE APRESENTAÇÃO DE UMA ÚNICA PROPOSTA

19.1. Caso se venha a verificar a apresentação de uma única proposta, compete aos serviços da AICEP pedir esclarecimentos sobre a mesma, bem como submeter o projeto da decisão de adjudicação ao Conselho de Administração da AICEP, não havendo lugar à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

19.2. Cabe ao Conselho de Administração da AICEP decidir sobre a aprovação da proposta contida no projeto de decisão de adjudicação, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

20.1. Em caso de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar no prazo de **3 (três) dias** úteis a contar da notificação de adjudicação e sob pena de caducidade da mesma, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II do CCP (Anexo V)** ao presente convite);
- b) Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (certificado do registo criminal da entidade e dos titulares dos respetivos órgãos sociais, situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e situação regularizada relativamente a impostos);
- c) Declaração relativa ao tratamento de dados pessoais, anexa ao caderno de encargos (**Anexo A**);
- d) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua redação atual ou indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- 20.2. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acinGov ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, para o endereço indicado pela AICEP.
- 20.3. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 20.4. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais.
- 20.5. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado relativamente ao qual o facto ocorreu, sendo fixado um prazo máximo de 3 (três) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 20.6. Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o Conselho e Administração da AICEP concederá, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 20.7. Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, em conformidade com o preceituado no artigo 86.º do CCP, será de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação para o efeito.
- 20.8. O modo de apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

21. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E RETENÇÃO

- 21.1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário fica dispensado de prestar caução.
- 21.2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a AICEP, caso o considere conveniente para garantir o cumprimento exato e pontual de todas as obrigações legais e contratuais, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar ao adjudicatário, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

21.3. Salvo em caso de aplicação de sanções contratuais, a AICEP deve ouvir o adjudicatário antes de proceder à retenção a que se refere o número anterior, tendo este o prazo de 5 (cinco) dias para se pronunciar por escrito.

21.4. Sempre que a AICEP exerça a faculdade de retenção, o adjudicatário deve proceder ao cumprimento exato e pontual das obrigações legais e contratuais que motivaram aquele exercício, no prazo de 5 (cinco) a contar da notificação para esse efeito.

22. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

22.1. Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

22.2. Nos termos do artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito.

22.3. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO COMPETENTE

23.1. Em tudo o que for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação em vigor.

23.2. Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à lei portuguesa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro.

Anexos ao presente convite:

Anexo I – Modelo de declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP);

Anexo II – Modelo de proposta de preço;

Anexo III – Mapa de preços;

Anexo IV - Regras de realização do sorteio;

Anexo V - Modelo de declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP).



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROPOSTA DE PREÇO

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante de ... [firma, número de identificação fiscal e sede], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para a aquisição de serviços de comunicações de rede fixa voz, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no caderno de encargos, pelo preço global máximo de ... [indicar preço por algarismos e por extenso], ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Local], [data], [assinatura dos representantes].



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO IV - REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

- a) Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no presente convite;
- b) Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;
- c) A realização do sorteio terá lugar nas instalações da AICEP, sitas na Rua de Entrecampos, n.º 28, Bloco B – 12.º, 1700-158 Lisboa;
- d) A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:
 - i) 1.ª Posição – Bola n.º 1
 - ii) 2.ª Posição – Bola n.º 2
 - iii) 3.ª Posição – Bola n.º 3e assim sucessivamente, tendo em conta a quantidade de propostas empatadas;
- e) A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov;
- f) Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;
- g) Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º